

Montoro diz que fisiologismo dá saudade da ditadura

BRASÍLIA — Mesmo com a ressalva de não querer agravar ainda mais a crise, o ex-governador de São Paulo, Franco Montoro, criticou veementemente a "política de fisiologismo", que, no seu entender, "faz o povo ter saudades da ditadura". Sem especificar casos e dizendo se aparecer no noticiário dos jornais, Montoro condenou "a política de troca de favores" entre o governo federal e os detentores de mandatos de governadores, parlamentares e prefeitos (os) conquistados nas urnas. "Mandato não é para ser negociado. Mandato não é coisa nostra, pertence ao povo. Isso é coisa da máfia", afirmou.

Montoro, que veio a Brasília fazer uma conferência na Escola de Administração Fazendária, conversou com os jornalistas no gabinete do líder do PMDB, no Senado, Fernando Henrique Cardoso que, como ele, defende um mandato de quatro anos para o presidente José Sarney. O ex-governador, que se considera um dos principais responsáveis pelas articulações da candidatura de Tancredo Neves, disse defender a tese dos quatro anos, antes mesmo de existir a Aliança Democrática, criada para promover a transição democrática.

União — Há um sentimento geral pelas eleições em 88. Não é preciso ir para as ruas porque as ruas já estão aí — respondeu Montoro ao ser perguntado se aceita participar da campanha pelas eleições diretas em 88. Ele, no entanto, informou que não vai à posse do ex-ministro Dante de Oliveira no cargo de prefeito de Cuiabá, amanhã, porque já havia assumido outros compromissos.

O ex-governador de São Paulo denunciou também a tentativa "do governo e de setores do PMDB" de isolar o líder do partido na Constituinte, Mário Covas. Coincidentemente, ao fazer essa denúncia, foi interrompido por um telefonema do presidente do PMDB, deputado Ulysses Guimarães, que se dirigia ao gabinete de Covas e queria marcar uma conversa com ele.

— O líder Mário Covas é um valor formidável e não pode ser marginalizado. As circunstâncias criaram uma situação de fato que pode até se agravar. As divergências têm que ser enfrentadas e resolvidas pelo entendimento, não pelo isolamento" — afirmou.

Montoro não quis aprofundar-se sobre o assunto, alegando que sua posição é de trabalhar pela união e não aprofundar a desunião. Informou ter tentado falar com o presidente Sarney por telefone, mas não conseguiu, o que espera fazer talvez hoje. Ele quer discutir a crise com Sarney e com Ulysses, e dar sua contribuição para resolver os problemas.

O ex-governador disse que "construir a democracia é a grande missão do PMDB". Para isso, é preciso, segundo ele, descentralizar o partido e abri-lo à participação popular. Ele é contra o adiamento da convenção e admite ser favorável a que a própria população se manifeste a respeito do mandato de Sarney, através de mecanismos que estão em várias propostas da Constituinte, como a de um plebiscito.

Emendas rejeitadas são reapresentadas por constituintes

BRASÍLIA — Começou tudo de novo na Constituinte — os parlamentares voltam a insistir com suas próprias propostas, mesmo depois que elas foram rejeitadas nas subcomissões. A reapresentação das sugestões ocorre agora nas oito comissões temáticas. Algumas encerraram à meia-noite de ontem o prazo para recebimento, outras encerram o prazo hoje e, em algumas comissões, como a da Ordem Social, houve até filas. Nessa fase, os constituintes podem apresentar sugestões em qualquer Comissão, mesmo naquelas onde não são membros efetivos e ontem já havia 1.500 propostas.

Os relatores das oito comissões reuniram os relatórios das três subcomissões de cada comissão. Pelas normas da Assembléia, os relatores têm agora cinco dias para apresentar um texto à Comissão, elaborado com base nos relatórios das subcomissões e as emendas recebidas. Depois, somente os membros das comissões poderão apresentar emendas, por dois dias. Então, o relator apresentará o seu trabalho final que vai à votação. Todo esse trabalho deverá estar concluído até o dia 11, quando começa o processo de votação que deverá estar terminado até o dia 15, data marcada para a Comissão de Sistematização receber os relatórios das comissões.

Novo debate — O que chama atenção nesta segunda fase da Constituinte é que as propostas derrotadas voltam a ser apresentadas para nova discussão. É o caso da proposta que institui a pena de morte no Brasil para casos de seqüestro, assalto, roubo e estupro seguidos de morte, de autoria do líder do PDS, deputado Amaral Neto, que foi rejeitada na primeira fase. Amaral diz que todas as pesquisas de opinião pública realizadas durante os trabalhos da Constituinte foram favoráveis à pena de morte no Brasil. "Brasileiro é a favor da pena de morte. A Assembléia Nacional Constituinte não poderá deixar de levar em conta essa reivindicação popular", justificou o deputado.

Um dos campeões em propostas à Constituinte, o deputado Roberto Freire, líder do PCB, reapresentou nesta segunda fase mais de 150 sugestões incluindo quatro anos de mandato presidencial e parlamentarismo como sistema de governo. Outro campeão de propostas, o deputado Jorge Arbage (PDS-PA), também apresentou suas 80 propostas novamente. Mas, diferente de Freire, Arbage quer seis anos de mandato para o presidente da República.

Insistência — A deputada Beth Azeze é outro exemplo. Mesmo sendo derrotada sua proposta de que a exploração de recursos minerais só pode ser feita por empresa nacional, a parlamentar insistiu com a proposta "porque temos que evitar a exploração de nossas riquezas por multinacionais e impedir a saída dos minérios do país". O vice-líder do PC do B, deputado Aldo Arantes, igualmente reapresentou, desta vez aperfeiçoadas, suas emendas sobre reforma agrária.

Na primeira fase, Aldo Arantes fixava o limite de propriedade em 50 módulos, mas agora sua sugestão é de que o limite de propriedade deve ser fixado em hectares. Ele prevê 500 hectares para as regiões Sul e Sudeste, mil hectares para as regiões Nordeste e Centro-oeste e 1 mil 500 hectares para a região Norte e estado do Mato Grosso. "Se fixarmos em módulos, poderá surgir uma lei complementar modificando os atuais tamanhos dos módulos. Fixando em hectares, não correremos esse risco".